

# **DO REFUGO HUMANO AO CATASTROFISMO EMANCIPATÓRIO: APONTAMENTOS SOCIOLÓGICOS SOBRE EMERGÊNCIAS PARA ALÉM DO CLIMA**

**FROM HUMAN WASTE TO EMANCIPATORY CATASTROPHISM: SOCIOLOGICAL NOTES ON  
EMERGENCIES BEYOND CLIMATE**

**DE LA CHATARRA HUMANA AL CATASTROFISMO EMANCIPADOR: NOTAS SOCIOLÓGICAS  
SOBRE EMERGENCIAS MÁS ALLÁ DEL CLIMA**

**DU DÉCHET HUMAIN AU CATASTROPHISME ÉMANCIPATOIRE: NOTES SOCIOLOGIQUES  
SUR LES URGENCES AU-DELÀ DU CLIMAT**

Norma Valencio<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Economista, Mestre em Educação (áreas de Filosofia e História), Doutora em Ciências Humanas (área de Ciências Sociais). Prof<sup>ª</sup>. Sênior do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1855-3458>. E-mail: [norma.valencio@ufscar.br](mailto:norma.valencio@ufscar.br).

Agradecimentos: Agradeço a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru–SP (AGB/Bauru), pela gentileza do honroso convite para participar desta oportuna publicação, especialmente a pessoa do Prof. Lourenço Magnoni Junior. Congratulo e referida Associação pelo valoroso esforço na consolidação das parcerias nacionais e multilaterais na viabilização da presente coletânea. Agradeço, igualmente, o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, processo 2022/09136-1 e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento em Pesquisa, CNPq, Bolsa de Produtividade, processo 316828/2023-8 pelos apoios recebidos na viabilização desse estudo.

## Introdução

“*Institutions, institutions, institutions*”. Assim era o subtítulo do capítulo 13 da brilhante obra de Acemoglu e Robinson, intitulada “*Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*” (2012), a qual, desde recém-lançada, foi catapultada à condição de *best-seller*. Tive a ventura de adquirir um disputado exemplar em uma livraria londrina e trazê-la ao Brasil, onde, numa empolgação quase pueril, tornei-a leitura mandatória para os meus alunos da disciplina de Sociologia dos Desastres, a qual ministrei, à época, não em uma, mas em três universidades públicas paulistas, junto a programas de pós-graduação, respectivamente, de sociologia, geografia e ciências da engenharia ambiental. E, por qual razão o fiz?

Bem, os autores destacavam, na referida obra, que as nações falhavam em seu desenvolvimento quando as instituições se deixavam capturar por uma racionalidade extrativa e pelo poder concentrado. Ambos se caracterizariam, dentre outros aspectos, pela disseminação sub-reptícia de normas sociais propendentes à naturalização de diversos tipos de violência; por escolhas econômicas que redundavam na perpetuidade da situação de pobreza de uma parte significativa da população local; pela banalização atitudinal de cunho autoritário tanto da parte de governantes quanto de legisladores, instilando-a nos mecanismos correntes de funcionamento do aparato estatal e na relação de servidores públicos com a sociedade civil; pela espetacularização de desmandos praticados por abomináveis – porém, carismáticas – lideranças políticas, no intento de suscitar a descrença social na efetividade da lei e da ordem, instabilizando-as como convenções da vida democrática para desmantelá-las e substituí-las, tijolo por tijolo, por um regime populista de exceção. Ademais, estando as instituições subsumidas a tais preceitos e ações, passar-se-ia a tê-las como ambiente relacional propício à corrupção de agentes públicos e negociatas difusas. A corrupção é uma relação na qual o agente decisório é interpelado por alguém que, em troca de vantagens, sobretudo monetárias, exige decisões enviesadas para a sua vantagem, portanto, fora das regras institucionais (Barros Filho; Praça, 2014). Como prestadoras e/ou reguladoras de serviços públicos, tais instituições seguiriam despreocupadas com a má qualidade e/ou ineficiência do atendimento prestado ao cidadão, especialmente nos quesitos de saúde pública, saneamento e educação básica. O resultado não seria outra senão a propagação descontrolada de vetores de doenças; o espraiamento de ambientes insalubres nos territórios de vivência das camadas mais suscetíveis da população; a cumulatividade dos problemas de saúde ambiental, física e psicossocial; a resignação social – daqueles a quem Bauman (2005) denominaria como *consumidores falhos* – diante o processo de mercantilização e concentração de acesso à água doce, obstruindo o direito humano fundamental a tal recurso natural; por fim, a formação de novas gerações de alienados sociais, apáticos à dinâmica política, desinteressados pelo processo escolarizado e formal de aprendizagem, presas fáceis das sociabilidades antissolidárias, das quais a torpeza das facções criminosas se nutririam, arregimentando-as. Coroam esse panorama as elites econômicas concentradoras de riqueza, fazendo-o ao custo da total ou relativa estagnação econômica do país sem que o Estado lhes cobre a devida conta. Ao

contrário, Estado transmutado no agente financeiro destas e mediador dos grandes negócios privados, em escala global, que as interessa. De mãos dadas, sinalizam ambos, então, para as classes médias e/ou segmentos emergentes da sociedade, quais são as regras, explícitas e tácitas, do jogo da sobrevivência social naquela escala de jurisdição territorial; enredam-nas no pensamento segregacionista e higienista de críticas abertas aos que vivem à margens do progresso; põem-nas nas trincheiras de combate aos eventuais programas de proteção social vigentes, induzindo-as a engrossar a fila de preocupação com o “mercado nervoso” (Feitosa, 2024), o qual demanda tempestivo equilíbrio orçamentário às custas de cortes de gastos em políticas compensatórias para grupos em desvantagem social corroendo, destes últimos, a segurança ínfima que acalentavam na garantia de acesso aos mínimos vitais. Essa ampla gama de dimensões da vulnerabilidade institucional e suas deletérias repercussões, em países de todo o globo, sobre as aspirações locais – ou resquícios delas – de prosperidade econômica distribuída e justiça social ampliada, me moveu a tornar isso o cerne da discussão sobre desastres no Brasil, mormente aqueles denominados como “naturais”.

Meu entusiasmo intelectual pouco resultou, porque, com raras exceções, a face aparente dos desastres “naturais” – constituída pelo conjunto de apelos midiáticos ao redor de cenas dramáticas, de falas técnicas e científicas apocalípticas e de grande reverberação – hipnotizou aquela geração de estudantes e norteou a sua compreensão acerca da natureza do problema, ora substituído pelo encantamento com o qualificativo “climático” que obnubila o substantivo “emergência”, “crise” ou “desastre”. A problemática das disfuncionalidades institucionais lhes parecia fora de propósito no assunto dos desastres, algo assaz irrelevante frente ao fascínio propiciado pelos enquadramentos imagéticos de dramas humanos trazidos à baila, tais como as cenas em que, por um triz, este ou aquele sujeito escapava da morte devido a um golpe de sorte frente à “fúria dos elementos” (tornados, enxurradas, furacões, *tsunamis*); ou, ainda, quando estes se viam, fortuitamente inseridos em circunstâncias ambientais subitamente adversas as quais, ante a inabilidade deles para confrontá-las, lhes cobrava o preço da vida. Com a atenção dirigida à interpretação jornalística relativamente sensacionalista e pasteurizada (Amaral; Pozobon, 2010), baseada em informes técnicos e opiniões científicas de um grupo seletivo de consulta quase exclusiva dos principais canais de comunicação, os meus apelos aos estudantes, para que focalizassem a dimensão sociopolítica e socioeconômica subjacente àqueles acontecimentos, pareciam ser de uma trivialidade maçante na etapa de formação científica em que se encontravam.

Paradoxalmente, enquanto imagens, discursos e fóruns sinalizavam, ano após ano, para concertações institucionais multilaterais regulares – por vezes, alvissareiras – quanto ao comprometimento de atores econômicos e políticos relevantes com a urgência de providências de adaptação climática, produzindo uma audiência crédula nas pactuações testemunhadas, as discussões seguiram escamoteando, o quanto possível, a inocuidade das medidas frugais de acolhimento social dos despossuídos comuns da Terra – fugidos das guerras, da fome, da perseguição política, do desemprego estrutural –, quiçá ousando

perscrutar o quanto de inoperabilidade institucional estaria jogando contra a efetividade das medidas de redução de riscos ambientais, presentes e futuros, na vida destes e de novos contingentes de refugos humanos.

Essa é a problemática que situa o presente ensaio no qual, desde uma perspectiva predominantemente sociológica, em dialogia com campos de conhecimento vizinhos, faz-se ponderações sobre as conexões entre o local e o global no contexto desastres de mudanças climáticas. Objetiva-se desnaturalizá-los, iluminando ocorrências emblemáticas desde a mirada na tessitura social implicada e recorrendo à literatura do campo crítico das Humanidades e Ciências Sociais. *Haveria emancipação social possível frente a cenários tão adversos?* Intentamos dar pistas a este respeito.

### **Desnaturalizar os desastres diz respeito a examinar as instituições**

Eventos extremamente estressantes são passíveis de produzir traumas caso não se cultive previamente recursos sociais e pessoais para integrar o contexto biográfico com uma visão realista do contexto socioambiental onde o sujeito se insere (Ruf, 2014). Mas, desastres são um tipo de evento estressante que exigem ainda mais da sociedade, em suas implicações políticas e econômicas (Valencio, 2012).

O processo deliberativo e decisões de investimentos em bens públicos puros (como sinalização de perigo conhecidos ou preditos) ou impuros (como monumentos e memoriais) pode ter um relação importante com a eficácia das práticas de preparação frente a riscos sinérgicos; isto é, aqueles riscos que não estão apenas associados ao quão extraordinário é a anomalia climática prestes a se manifestar, mas à produção social corrente do espaço, que expressa lições apreendidas. Os problemas de negociação nessas deliberações não são fáceis de serem resolvidos, mas os processo mais abertos e democráticos tem mais chances de perenizar os seus resultados do que as conduções unilaterais de cunho político ou técnico (Kaul; Grunberg; Stern, 2012). Os desafios não param por aí.

Na análise de vícios do aparato estatal, é crucial não tentar dissociá-los dos conflitos de classe – que nas suas entranhas e políticas públicas se faz refletir – e do legado da escravidão, que dá longevidade ao racismo, incluindo o racismo ambiental presente nos critérios de reparação às vítimas e no atendimento prioritário aos interesses de mercado (Bullard, 2006). Como atenta Souza (2019, p. 219):

O patrimonialismo esconde as reais bases do poder social entre nós. Ele assume que interesse privado é interesse individual privado, de pessoas concretas, as quais se contraporiam aos interesses organizados apenas do Estado. Tudo como se houvesse interesses organizados apenas no Estado, suprema estratégia de distorção da realidade. É uma noção de senso comum do leigo, que não percebe os interesses privados organizados no mercado e sua força, que implica

o controle de preços, da imprensa, da formação de monopólios privados e da captura do Estado para o interesse de meia dúzia de grandes plutocratas.

É dessa armadilha que se tratou no fomento contemporâneo, no Brasil, da cultura de ódio e de golpismo (Casara, 2017), quando lideranças políticas fascistas lançaram argumentos rudimentares – porém, eficazes – acerca de um “Estado mal-intencionado” contra pequenos produtores, comerciantes e prestadores de serviços acoissados, fazendo-os assim, engrossar as fileiras dos descontentes a clamar pela ruptura institucional. Ilustrativo disso eram as menções a um “Estado-vilão” – confundido com um governo recém-eleito de oposição – que intentaria depauperá-los. Por exemplo: ao produtor rural de base familiar, sugeria-se que haveria a retirada de condições favoráveis de financiamento de seu maquinário e safra, o que lhe tirava o sono – a realidade é que o Plana Safra do governo recém-eleito foi melhor do que o do governo anterior, aquele que pregava essa fantasmagoria (Matos, 2024) -, sobretudo aqueles afetados em desastres os, quais, todavia, foram especialmente atendidos pelo governo Lula (Vilela, 2024); durante a pandemia de Covid-19, quando ainda não havia vacinas disponíveis para combater o SarsCov-2, o “Estado-malvado”, que intentava quebrar o pequeno comerciante ou prestador de serviços, eram governadores e prefeitos prudentes, que tornaram mandatório fechar as portas dos estabelecimentos a fim de evitar a propagação do vírus e decorrente adoecimento (BBC, 2020), muitas vezes, com desfecho fatal. Nesse caso, o desastre da pandemia e os intentos golpistas – incluso, de autogolpe, quando foram promovidas sistemáticas desconfianças internas e internacionais contra a lisura do processo eleitoral – coadunaram-se perfeitamente para ganhar adeptos para a causa antidemocrática. As motociatas deram a espetacularidade que faltava à transgressão fascista aos ditames preventivos da saúde pública naquelas circunstâncias de risco sanitário altíssimo (Borges, 2021), exercitada como manifestação do direito à liberdade ao mesmo tempo que os arroubos totalitários provocam discursos intimidatórios e práticas de violência patrimonial ainda mais infames contra os representantes e símbolos da República. Ou seja, como em outros países, como nos EUA, houve (e ainda há) um coletivo ruidoso, civil e militar, no Brasil, dedicado a um processo consciente de desintegração das normas corriqueiras de convivência democrática. O somatório de escândalos em que esses coletivos, sedentos de poder concentrado, se envolvem, polarizando opiniões para obnubilar as discussões acerca das insanáveis desigualdades econômicas, para cujo combate eles não dispõem de receituário e sequer de interesse, senão mesmo para esmaecer os traços da cleptocracia de que foram beneficiários ou intentam sê-lo, colocam as instituições democráticas do país em estado permanente de alerta (Chayes, 2015; Levitsky; Ziblat, 2018). No entanto, é preciso igualmente salientar que a pandemia de Covid-19 foi um dos mais sérios desafios experimentados pelos governantes de países do todo o mundo no alvorecer da segunda década do século XXI e que governantes que se mostraram despreparados para entender o tamanho do problema foram punidos imediatamente nas urnas (Abranches, 2020), ainda que outras crises mal equacionadas pelos que os sucederam restaurem o seu poder (caso Trump).

No caso brasileiro, se a visão sobre o Estado chegou a ser, até meados do século XX, daquele ente supremo que defendia, através de leis e políticas públicas, a classe trabalhadora da vexaminosa superexploração, as décadas finais do referido século e o alvorecer do século XXI oferecem-nos, nos noticiários, como um fardo a quem a sociedade precisa carregar, a contragosto, ensejando, desde aí, a visão ultraliberal (Cardoso, 2018). Esta, por seu turno, será capturada pelo extremismo de direita, que, nas palavras de Abranches (2020) coloca em risco o presidencialismo de coalizão da política da Terceira República (pós 1988), menos por ser de direita e mais por inépcia e intolerância do governante concentrado em disputas morais e bases ideológicas conservadoras (a chamada “pauta de costumes”) (Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

Com as questões climáticas, não é diferente e o potencial emancipatório pode ser realizado, afirma Beck (2018), nos levando não direto aos cenários catastróficos do futuro próximo, acenado pelos fóruns multilaterais, especialistas e grandes mídia, mas ao passado aterrador da Segunda Grande Guerra, quando a disseminação de um novo paradigma de domínio técnico e científico, que poderia ter nos alçado a patamares nunca antes alcançados de bem-estar social, nos levou, como civilização humana, direto para uma guerra com níveis de perdas de vidas, destruição material e ambiental sem precedentes, alcançando todos os continentes. Olhar para trás é o que pode produzir horizontes utópicos que nos livre de situações semelhantes num futuro breve. Senão, vejamos.

Embora um evento extremo, resultante de uma dinâmica atmosférica atípica, possa trazer desafios muito específicos para a localidade que com ele se defronta, efeitos secundários podem tomar o formato de “*rede sem escala*” (Ferguson, 2021), como alterações ambientais que suscitem a propagação de vetores de doenças as quais, por seu turno, tenham alto nível de contágio e malignidade à saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Assim, como o enfretamento das mudanças climáticas exigirá, da ordem democrática local, um “jogo de cintura” inigualável das autoridades econômicas constituídas, a fim de viabilizarem, ao máximo, as providências preparativas requeridas pelos concidadãos, as tragédias humanitárias contemporâneas algures – como em Gaza, na Síria, na Ucrânia, no Líbano e na Venezuela, decorrentes de extremismos políticos que destruíram as bases institucionais locais (ou a credibilidade internacional nelas) – vem produzindo um sem-número de desfiliações sociais com os quais as democracias ainda perenes precisam se solidarizar e auxiliar, a despeito de restrições de ordem econômica que porventura o mercado imponha, atrelando o ‘lá’ e o ‘cá’ como, de resto, é o mundo globalizado (Thompson, 2022). As democracias comprometidas com a repreensão inequívoca ao derramamento indiscriminado de sangue e à visão sectária de lideranças opressoras no além-fronteira estão a um passo de saber a importância de acolhimento às vítimas inocentes (e não apenas repatriar seus cidadãos em perigo), a despeito dos custos financeiros disto, repactuando prioridades com a sociedade – ainda mais, uma sociedade multicultural como a brasileira, feita de raízes multicontinentais – mesmo que precise afrontar o “mercado nervoso”.

A democracia guarda muitas armadilhas, que exigem ser desveladas e desarmadas para não se cair na tentação de prescindir desse regime em prol de algo mais obtuso (Thompson, 2022). Se Santos (2006) se alia à Foucault (2002) na advertência aos riscos de excesso de controle social pelo poder disciplinar, aí incluídos a educação formal alienante, a regulação redutivistas dos corpos, a despontencialização política do cidadão comum e o descontrole sobre as relações espaço-tempo no mundo do trabalho, dentre outros, somente práticas e pensamentos emancipadores do humano poderão alargar tais horizontes. Se Habermas (2014) tem razão em suas preocupações com o advento e dominação tecnocêntrica, mesmo em ambiente democrático, pois orientam ou mesmo tomam as rédeas do processo decisório, baseando-se numa racionalidade simplificadora e incompleta, também as subjetividades doentias que alçam grandes escalões do poder e ganham condições de materializar as suas visões de mundo, fazem um estrago considerável. Se Adorno (2020) atenta para os males do radicalismo de direita, que, em situação de poder, se dedica a recompor a normalidade após catástrofes, como a das guerras, certo ele também está em ver que esses arremedos de recomposição da vida social “tal qual era”, apenas restituem as sementes das mesmas barbáries que foram perpetradas dantes. Nas suas palavras, recuperadas por Felipe Catalani (Adorno, 2020, p. 30-31),

A “reconstrução”, portanto, irmana-se com a destruição ocorrida. Ideologicamente, ela opera como um gesto de “virar a página”, ao mesmo tempo que porta a ingenuidade (ou cinismo) que se satisfaz com fachadas restauradas, desviando o olhar daquilo ou daqueles que não ressuscitarão. Ela se reduz a uma questão contábil ou orçamentária: tudo o que existe (a vida, a sociedade e a própria natureza) torna-se, no mundo onde reina a lógica da equivalência geral, potencialmente substituível (passível de reconstrução ou reparação pecuniária). A concepção de que se possa reconstruir é inseparável do sinal verde para destruir.

Sobra-nos poucas esperanças diante deste Estado do Crise (Bauman; Bordoni, 2016), no qual oposições políticas são duramente esmagadas, numa “antipolítica” e a contenção das pressões do mercado de faz prioritário na agenda governamental. As novas gerações não se importam com a política e não se vêm representadas pelos ocupantes dos espaços de poder institucional, apesar de nosso destino como espécie estar por um triz (Abranches, 2017).

## Conclusões

Passado pouco mais de uma década em que insisti na importância do aspecto institucional para entender-se o porquê de alguns países estarem mais propensos que outros à ocorrência de um tipo de crise aguda denominada “desastre” ou “catástrofe” – apelando em vão, em salas de aula esvaziadas e para ouvidos moucos –, Acemoglu e Robinson, além de Simon

Johson, lograram obter o prestigioso Prêmio Nobel em Economia, em 2024 (Nobel Prize, 2024). Isso deveu-se à destacada contribuição científica no tema dos entraves à prosperidade, do qual o aspecto institucional foi visto como central, e o estudo mencionado na introdução deste ensaio, assinalado como uma das principais referências no assunto para abrigar ponderações que descontroem velhas hipóteses sobre o que faz uma nação falhar enquanto a vizinha prospera, incluindo hipóteses geográficas e climáticas. Lamentavelmente, a obra via o Brasil, institucionalmente falando, com bons olhos, rumando para consolidar sua disposição democrática e socialmente inclusiva, naquilo que parecia ser um digno crepúsculo do 2º governo Lula, lidando serenamente com as repercussões da crise financeira global como se fosse, nas palavras deste governante, apenas “uma marolinha” (Bourguignon, 2021). Ocorre que os anos que se seguiram foram bastante turbulentos devido tanto ao desvelamento gradativo do tamanho da influência nefasta desta crise na dinâmica econômica nacional quanto às instabilidades políticas reiteradas que visaram descredibilizar as instituições do Estado e desestabilizar o jogo democrático ao ponto de inconsequências governamentais que contribuiram para ceifar a vida de milhares de brasileiros. Isso incluiu a deflagração de planos mirabolantes, por parte de grupos radicais de extrema-direita, que sempre os têm (Casara, 2017), para negar a legitimidade dos ritos eleitorais e aceitar fazer uma transição pacífica e cordata de governo; o estímulo a uma turba para avançar sobre os símbolos arquitetônicos da República, na capital federal, e destruir os objetos nele contidos, tentando desmoralizar as instituições e inviabilizar as suas condições imediatas de funcionamento; por fim, urdiram ceifar a vida do presidente e do vice-presidente eleitos democraticamente, além da vida de um membro do Supremo Tribunal Federal (STF). Esses anos aterradores coincidem com aqueles nos quais os desastres são mais perturbadores no país, tanto por suas características catastróficas, em número de vítimas fatais e não fatais, de danos econômicos havidos, quanto no acentuado aumento do número de decretações de emergência, como se o uso recorrente desse disposto legal, que coloca a administração pública em “estado de exceção” – concentrando o poder, reduzindo o controle social sobre os recursos ordinários e extraordinários acessados pelos governantes – fosse uma prévia, uma demonstração homeopática e pulverizada para costumar os cidadãos a um “estado de exceção” mor, ao qual o país estava sendo encaminhado. É suposto que o imaginário golpista tenha ponderado: o refúgio humano brasileiro, apascentado pelas desgraças cotidianas, vivenciadas em humilhação e em silenciamento, sobretudo quando afetado e mal acolhido em desastres de recorrente frequência, já não aspiraria a um ideário de vitalidade democrática, a ele proteger e dele participar; portanto, preparado estaria para aceitar mais um degrau de subserviência a uma maior escala de privações e de crescentes insanidades autoritárias.

Desastre, dentre outros aspectos, por ser compreendido como uma antítese da prosperidade social. Aliás, trata-se de um acontecimento coletivo, trágico e involuntário (Quarantelli, 1998), capaz de desintegrá-la, solapando as condições objetivas de recomposição de seus elementos humanos, materiais e ambientais constitutivos. Todavia, a prosperidade, se bem espargida socialmente, também é capaz de conter ou

mitigar um desastre, isto é, os prejuízos, danos e perdas que o caracteriza, posto que nela estão assentadas valiosas diversidades de capitais que resistem à força dos eventos, por climáticos e extremos que sejam.

A solidez dos vínculos sociais que dão constância e substância às práticas de apoio mútuo é um destes capitais. A profusão de recursos educativos criativos, instalados em ambiente científico polifônico, e que faz brotar soluções tecnológicas inovadoras, baratas e de fácil implementação – na forma de produtos e processos – para lidar com a redução de riscos sinérgicos é o capital intelectual indispensável. O cuidado sistemático com a Saúde Única – humana, ambiental, animal e vegetal – é um capital atitudinal coletivo orientado para a sustentabilidade, uma vez que considera a indissociabilidade entre os elementos constituintes da Vida, relativizando as fronteiras entre os distintos corpos para fazer caber a perspectiva integrativa, que os associam e os retroalimentam. O cuidado prévio com a saúde mental e psicossocial dos membros de uma comunidade também colabora para que estes estejam antecipadamente dotados das suas maiores capacidades de absorção dos impactos de uma crise aguda sem entrar em desespero, acionando os melhores repertórios emocionais disponíveis para lidar e compartilhar as agruras comunitariamente experienciadas. Porém, tais cuidados e proteção socioassistencial falham continuamente quando os profissionais da área estão à mercê de chefias insensíveis, que boicotam as suas iniciativas de proximidade e escuta ativa de sujeitos e comunidades em sofrimento (Dutra, 2018).

Os fundos financeiros previamente abastecidos para fins de responder a eventuais emergências, reservando valores monetários para anteparar auxílios e créditos subsidiados requeridos para redinamizar as economias locais afetadas num desastre, são um capital na acepção econômica original do termo. Tais fundos podem contribuir no refazimento/manutenção de infraestruturas essenciais (viários, elétricos, hidráulicos, de comunicação e afins); na reconstrução de moradias e instalações prediais (comerciais, industriais, agropecuárias, de serviços), viabilizando a aquisição dos materiais construtivos e mão-de-obra necessários bem como reequipando-as em maquinário, eletrodomésticos e mobiliário; na recomposição de estoques; na remuneração de fornecedores com os quais se estava em débito e cujas mercadorias foram danificadas/destruídas; enfim, na garantia da retomada de fontes de trabalho e renda.

Entretanto, e não menos importante, é boa qualidade do capital institucional disponível. Diz respeito ao árduo esforço coletivo de construção do patrimônio sociopolítico de estabilização de relações de confiança, no âmbito do Estado e dos governos, baseado em valores democráticos, dentre os quais se destacam a justiça social. Havendo esse ancoradouro, os mais árdios desafios coletivos, como o vivenciamento de um desastre, podem buscar formas consensuadas de superação.

Para aqueles que não dispõem suficientemente dos mencionados capitais, Beck (2018) dá uma pista: é preciso lutar para conquistá-los, compreender esses *gaps* de cidadania não como abismos diante os quais se recua, mas como agendas com as quais se comprometer. Essa é uma luta, por assim dizer, insana, pois exige vencer o *habitus* delineado pelos

dominadores e partir para a resistência às heteronomias e construir de novos limites, para além dos abismos produzidos pela colonização cognitiva (Santos, 2019). Um destes abismos é a dualidade entre sociedade e Estado, que precisa ser colocada sob inspeção, uma vez que o Estado, apesar de aparentemente ser autoridade soberana, é estrutura constituída, acreditada e mantida pela sociedade, agente estruturante este que organiza as bases para o transcorrer, relativamente estável, da vida cotidiana (Bourdieu, 2014). A educação para a redução de riscos de desastres, partindo da valorização dos saberes do Sul, seria uma oportunidade de visão do catastrofismo emancipatório, agregando novos sujeitos em novas experimentações metodologias e apreensão de outras verdades sobre viver a experiência do desastre, nas distintas fases desta crise e na variedade de recortes sociais (interraciais, de classe, de gênero, etários, de ocupação e afins) implicados.

## Referências

- ABRANCHES, Sérgio. **A Era do imprevisto: a grande transição do século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 411p.
- ABRANCHES, Sérgio. **O tempo dos governantes incidentais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 303p.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. London: Profile Books Ltd, 2012. 529p.
- ADORNO, Theodore W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Tradução: Felipe Catalani. São Paulo: Ed. UNESP, 2020. 103p.
- AMARAL, Márcia Franz; POZOBON, Rejane de Oliveira; RUBIN, Anaqueli. **Modos de endereçar a tragédia: indignação, testemunho e piedade**. Lumina, v. 4, n.2, 2010, p. 1-15. Disponível em: <<https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/133>>. Acesso em: 29 jul. 2018.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 571p.
- BBC. **Em rede nacional, Bolsonaro critica fechamento de escolas e comércio e compara coronavírus a ‘resfriadinho’**. 24 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52028945>>. Acesso em 04 ago 2022.
- BARROS FILHO, Clóvis; PRAÇA, Sérgio. **Corrupção: parceria degenerativa**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2014. 111p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 170p.
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 191p.
- BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Tradução: Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 279p.

BORGES, Fernanda. **Bolsonaro na pandemia: 5 passeios de motoco e nenhuma visita a hospitais**. Estado de Minas, 20 de julho de 2021. Disponível em: >[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/11/interna\\_politica,1285581/bolsonaro-na-pandemia-5-passeios-de-moto-e-nenhuma-visita-a-hospitais.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/11/interna_politica,1285581/bolsonaro-na-pandemia-5-passeios-de-moto-e-nenhuma-visita-a-hospitais.shtml#google_vignette)>. Acesso em 17 dez 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Tradução: Rosa Freira d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 573p.

BOURGUIGNON, Natália. **“Gripezinha” e “marolinha”**: como as duas crises mundiais afetaram o ES. A Gazeta. 13 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/economia/gripezinha-e-marolinha-como-as-duas-criises-mundiais-afetaram-o-es-0321>>. Acesso em: 23 jan 2024.

BULLARD, R. D. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. *In*: S. HERCULANO e T. PACHECO (Orgs). Racismo ambiental: I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. **Anais**[...]. Rio de Janeiro: FASE, 2006, pp. 126-147.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Crise e reinvenção da política no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 238p.

CASARA, Rubens R.R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 240p.

CHAYES, Sarah. **Thieves of State**: why corruption threatens global security. New York: WW Norton & Company, 2015. 262p.

DUTRA, Adriana. S. **Gestão de desastres e serviço social**: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2018. 232 p.

FEITOSA, Diógenes. **F. Haddad diz entender a “inquietação” do mercado com demora do governo para cortar gastos**. Gazeta do Povo, 21 de novembro de 2024. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/haddad-diz-entender-inquietacao-do-mercado-com-demora-do-governo-para-cortar-gastos/>>. Acesso em : 21 nov 2024.

FERGUSON, Niall. **Catástrofe**: uma história dos desastres – das guerras às pandemias – e o nosso fracasso em aprender com eles. Tradução: Petê Rissatti. São Paulo: Planeta, 2021. 543p.

FOUCAULT, Michel. **Power**: essential works of Foucault 1954-1984. Tradução: Robert Hurley and others. London: Penguin Books, 2002. 484p.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução: Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: Ed. UNESP, 2014. 206p.

KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc A. **Bens públicos globais**: cooperação internacional no século XXI. Tradução: Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2012. 585p.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução:

Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 270p.

MATOS, Fábio. **Plano Safra:** governo Lula anuncia mais de R\$ 400 bilhões para a agricultura empresarial. InfoMoney. 03 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/plano-safra-governo-lula-anuncia-mais-de-r-400-bilhoes-para-agricultura-empresarial/>>. Acesso em: 14 out 2024.

NOBEL PRIZE. **All prizes in economic sciences.** Stockholm: The Nobel Foundation, 2024. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/lists/all-prizes-in-economic-sciences/>>. Acesso em: 20 nov 2024.

QUARANTELLI, Enrico. L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London and New York: Routledge, 1998. 321p.

RUF, Bernd. **Destroços e traumas:** embasamentos antropológicos para intervenções com a pedagogia de emergência. Tradução: Edith Asbeck. São Paulo: Antroposofia, 2014. 310p.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 9.a ed. São Paulo: Cortez, 2003. 348p.

SANTOS, Boaventura S. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 478p.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. 272p.

THOMPSON, Helen. **Disorder:** hard times in the 21<sup>st</sup> century. Oxford: Oxford University Press, 2022. 367p.

VALENCIO, Norma. **Para além do ‘dia do desastre’:** o caso brasileiro. Curitiba: Ed. Appris, 2012. 227p.

VILELA, Pedro. R. **Lula assina MP que prevê apoio financeiro a produtores rurais gaúchos.** Agência Brasil. 25 de outubro de 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/lula-assina-mp-que-preve-apoio-financeiro-produtores-rurais-gauchos>>. Acesso em : 21 nov 2024.



Rio Canumã/Terra indígena Kwatá-Laranjal/RO  
Autora: Taíze Ribeiro Munduruku